

EDITORIAL

*Quem não compreende um olhar,
tampouco compreenderá
uma longa explicação.*
Mário Quintana

Ao comemorar os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), faz-se necessária uma análise reflexiva sobre as conquistas dos direitos de crianças e adolescentes. Neste contexto, reafirmar a importância da garantia da implementação dos princípios do Estatuto significa caminhar na direção da concretude do Sistema de Garantia de Direitos no Brasil.

O Art. 227 da Constituição Federal de 1988 materializa, assim, a Política da Infância e da Juventude, adotando a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento; cabe ao Estado, à família e à sociedade garanti-la com prioridade absoluta.

A preocupação com a questão da criança e do adolescente, mesmo diante das conquistas normativas e doutrinárias, adquire espaço na agenda pública frente aos desafios da sociedade contemporânea, especialmente na garantia dos direitos e na prevenção da sua violação. Ao pensar nos pressupostos do ECA, enquanto gestão dos princípios protetivos e socioeducativos, muitos agentes sociais buscam, através de pesquisas e produções científicas, subsidiar as ações voltadas às crianças e adolescentes nas práticas socioeducacionais e emancipadoras. Além disso, pretendem materializar e dar cientificidade às práticas das instituições sociais junto aos sujeitos de direitos.

Nesta esteira, a Revista Humanidades em Perspectiva da UNINTER, entendendo a magnitude e relevância do ECA, apresenta um constructo teórico a partir de produções científicas que versam sobre a temática comemorativa dos 30 anos do ECA. A sua importância e o engajamento de diferentes atores sociais com a temática mostram-se evidentes pelo número de produções científicas, que contribuirão para a formação de um arcabouço teórico relativo às práticas profissionais com crianças e adolescentes.

Assim, os trabalhos que compõem esta edição apresentam temas importantes em relação à relevância do Estatuto como conquista na garantia dos direitos fundamentais. Os pesquisadores concentram esforços na defesa da convivência familiar e comunitária, na análise de conquistas e retrocessos da política da infância e da juventude, na denúncia às violações de direitos, na proposta de boas práticas educativas e em enfatizar o sentido do processo de

controle social. Portanto, as produções científicas desvelam e dão visibilidade — para além das comemorações —, à necessidade de reconhecimento deste segmento social na garantia da proteção integral.

Nesta edição comemorativa, o artigo *ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 30 ANOS: TEMPO DE CELEBRAR A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL* revisita a história e busca apresentar, de forma panorâmica, como eram vistos, crianças e adolescentes, em diferentes períodos históricos, fora e dentro do contexto brasileiro. Para tanto, a construção do texto está apoiada em marcos sociais, normativos e legais. Traz como resultados o reforço da importância do ECA ao longo de sua existência, pois se tornou uma barreira frente às arbitrariedades na área da criança e do adolescente e contribuiu para o estabelecimento da cidadania e da garantia de direitos.

Ainda nesta linha reflexiva, o artigo *30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: COMEMORAR É PRECISO, IMPLEMENTAR E EFETIVAR É URGENTE* toma como ponto de partida o processo de universalização dos direitos de crianças e adolescentes e como essa questão foi se apresentando historicamente à sociedade brasileira. Trata da especificidade de um sistema de garantia de direitos, de sua articulação em rede e de sua estruturação e implementação, que deve integrar coletivamente a consolidação da defesa, do controle e da proteção integral. Conclui que as comemorações dos trinta anos do ECA são legítimas, mas exigem superar os limites para sua implementação e efetividade na perspectiva da proteção integral.

E, no aprofundamento destas reflexões sobre as *CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS E (DES)PROTEÇÕES*, o próximo artigo debate sobre avanços e retrocessos na consolidação do paradigma da proteção integral, a partir da análise dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes estabelecidos nas legislações brasileiras e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, surgido a partir do ECA.

Explicitando *O DIREITO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: 30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*, este estudo parte da Constituição Federal de 1988, que define o direito à convivência familiar e comunitária como fundamental, ao lado do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à dignidade e à liberdade. Previsto no artigo 227, que responsabiliza a família, a sociedade e o Estado pela sua garantia, o ECA ratifica e apresenta este direito, reconhecendo a convivência familiar e comunitária como necessária ao pleno desenvolvimento humano.

Portanto, os *AVANÇOS E DESAFIOS NA GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA À LUZ DOS 30 ANOS DO ECA* ganha objetividade ao traçar o histórico das políticas públicas voltadas à garantia da convivência familiar e comunitária para a infância e a juventude. Busca resgatar a história do trabalho com famílias vulneráveis, as principais alterações legislativas que afetaram o direito de crescer e ser educado no seio da sua família, bem como a análise dos avanços e retrocessos que permearam os esforços na construção de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Neste sentido, o Sistema se centra na articulação de diversas políticas públicas para dar o suporte necessário às famílias, para que estas assumam o cuidado, proteção e acolhimento atinentes ao menor dano possível, nos casos de afastamento familiar, buscando a brevidade desse apartamento parental.

As reflexões levam a pensar, ainda, na importância do acolhimento para *ALÉM DOS MUROS INSTITUCIONAIS. A CONSTRUÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DE EGRESSOS NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR*. Neste trabalho, realiza-se uma revisão bibliográfica sistemática das produções científicas sobre sujeitos egressos do Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar. Os embasamentos teóricos que constituíram esta pesquisa permitem concluir que a ausência de projetos para a preparação deste público nas instituições tem sido um problema durante décadas. Os estudos também alertam para a lacuna no acompanhamento durante o período inicial fora das instituições e a carência de políticas públicas para o atendimento desses jovens, fatos que se mostram superdimensionados, em todo o mundo.

O trabalho *A ADOÇÃO INTER-RACIAL E ADOÇÃO TARDIA: AVANÇOS E DESAFIOS NA GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA* reflete sobre aspectos importantes da adoção no Brasil. Parte de uma breve análise histórica sobre a adoção, com base em pesquisas bibliográficas de autores como Irene Rizzini, Philippe Ariès e Vicente de Paula Faleiros. Uma vez que a criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos de direitos e de prioridade absoluta e que, ademais, têm direito à convivência familiar e comunitária, o artigo discute a respeito da temática, propondo ações para o cumprimento do ECA e demais legislações atinentes.

No percurso teórico, as políticas públicas assumem um campo privilegiado na busca da efetivação de direitos, da minimização das desigualdades e na perspectiva de proteção e inclusão social. O trabalho *POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO À LUZ DOS 30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE* faz uma análise das Políticas Públicas de Assistência Social e Educação na linha temporal dos 30 anos do ECA, legislação que garante direitos indispensáveis para a fruição dos benefícios

aportados pelo desenvolvimento social, econômico e político brasileiro. Este estudo tem como objetivos refletir sobre os aperfeiçoamentos e provocações encontrados pelo ECA nessa trajetória, compreender o modo como esses direitos vêm sendo aplicados e validados na implantação das políticas públicas. Observa suas peculiaridades a partir de um resgate histórico e da análise de suas limitações e desdobramentos. Estuda também o desafio com que o ECA se depara, no seu trigésimo aniversário, frente a uma grave pandemia mundial que fragiliza ainda mais o Sistema de Garantias de Direitos.

Sabe-se que a aplicação do ECA não se dá em sua plenitude, e muitos aspectos em relação à violação de direitos ainda persistem, o que exige refletir sobre os princípios que balizam as políticas públicas e que necessitam ser implementados de forma a garantir a efetivação dos direitos fundamentais.

Neste sentido, ganha destaque a discussão sobre violação de direitos de *CRIANÇA E ADOLESCENTE: DA INVISIBILIDADE SOCIAL E NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA À PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO INTEGRAL*, que apresenta o fenômeno da violência, das relações sociais e da desresponsabilização do Estado em garantir direitos. Nesse sentido, estudar e pensar a dinâmica da violência representa uma mudança de paradigma, significa produzir novos conhecimentos para debater a questão. Essa compreensão desencadeia uma reflexão crítica como subsídio para futuras análises propositivas e coletivas, focadas nas intervenções e na promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente.

Nesta lógica reflexiva, tendo como tema central *BEBÊS ENCARCERADOS COM DIREITOS INTERROMPIDOS*, o artigo mostra a violação de direitos fundamentais e de proteção social de bebês encarcerados junto com suas mães, adultas ou adolescentes, sob a perspectiva dos 30 anos de ECA. Reflete sobre os avanços e retrocessos, bem como sobre as lutas ainda necessárias para a proteção integral de crianças e adolescentes. Pode-se compreender, através desta pesquisa, que muito se avançou nos 30 anos de ECA, porém ainda há muito por se conquistar no campo das políticas públicas dirigidas à infância e à adolescência sob a égide da proteção integral.

ENTRE A CASA E A RUA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DOS TRINTA ANOS DO ECA lança um desafio em forma de reflexões sobre as crianças e adolescentes em situação de rua, no contexto dos trinta anos da promulgação do ECA. Versa sobre os avanços conquistados nas últimas três décadas e os desafios que persistem na atenção a esse fenômeno social. Como resultado, destaca a urgência de o Estado brasileiro e a rede de proteção social atuarem nas questões estruturais que produzem tal fenômeno e

priorizarem respostas protetivas que têm como fundamento a convivência familiar e comunitária.

Demonstrando, pois, o quanto é preciso avançar na garantia de direitos e refletir sobre as violações, *“CASAMENTO INFANTIL”: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES* analisa as consequências e impactos da prática do casamento infantil na vida de crianças e adolescentes, e os fatores que levam a esse fenômeno. Destaca também aspectos que podem contribuir para a (des)proteção de crianças e adolescentes, a partir da Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009, e da Lei 13.81, de 12 de março de 2019.

Nessa linha de produções científicas, os *30 ANOS DO ECA EM CONTRASTE COM O HIPERENCARCERAMENTO JUVENIL* propõe uma reflexão sobre o encarceramento da população de jovens com idade entre 15 a 29 anos. Investiga um referencial teórico como matriz explicativa, acolhendo os estudos da antropóloga Alba Zaluar sobre a criminalização e a integração, na lógica do capitalismo, das populações jovens da periferia. Conclui com a retomada do tema sobre as garantias de direitos para a juventude e o problema do encarceramento como resposta à violência e criminalidade juvenil.

Dando continuidade à discussão sobre violação de direitos, o trabalho que trata sobre os *HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA E QUESTÃO SOCIAL: ANÁLISE SOBRE ESTADO DE EXCEÇÃO E VIOLÊNCIA LETAL CONTRA ADOLESCENTES* mostra que a residência em território de conflito, cor da pele e signos periféricos são fatores que posicionam grupos de adolescentes como público vulnerável. Isso significa que geração, classe social, raça/etnia e território articulam desigualdades e violência letal. Conclui que se necessita urgentemente de práticas e instituições comprometidas com a promoção de novas perspectivas políticas voltadas para a adolescência, focadas no aspecto de valorização da identidade, em investimentos no potencial dos adolescentes e na promoção de novas formas de convivência e de sobrevivência.

Encontra-se, assim, uma multiplicidade de temas que aprofundam a discussão e asseveram a necessidade das práticas socioeducativas; assim, a *AMBIVALÊNCIA E ETNOGRAFIA NA RESPONSABILIZAÇÃO SOCIOEDUCATIVA* destina-se à análise dos 30 anos de vigência do ECA, a partir da concepção teórico-pragmática decorrente da doutrina da proteção integral, isto é, dos direitos humanos especificamente destinados à defesa e à promoção da cidadania infanto-adolescente. Em virtude disto, neste trabalho, pontuaram-se os desafios contemporâneos não só para a manutenção dos avanços humanitários em prol da criança e do adolescente mas, também, os lamentáveis retrocessos civilizatórios que foram agravados, tanto pela falta de políticas sociais públicas específicas, quanto pelas tentativas de criminalização da adolescência brasileira, entre elas as propostas de redução da idade de

maioridade penal e o aumento do tempo de privação de liberdade do adolescente em conflito com a lei.

Em um *continuum*, as *REFLEXÕES DA ADOLESCENCIA EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA* analisam as diferentes interpretações do que é ser adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, considerando o ser ontológico na sua totalidade, ou seja, apreendem toda uma análise histórica da sociedade e suas transformações, além do momento presente. Pontuam que não se trata de um tema que se esgota em si, pelo contrário, muitas perspectivas e olhares não dariam conta de tal feito, haja vista a sua complexidade, conjugada com a dinâmica do movimento contínuo da sociedade.

Seguindo o percurso das reflexões até aqui apresentadas, ganham expressividade as discussões sobre a *CATEGORIA GERACIONAL: UMA CONTRIBUIÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS CRIANÇAS, ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES* que disserta sobre a política da Secretaria de Estado da Criança e Juventude do Paraná no período 2007-2010 e sobre seus referenciais cognitivos e normativos (2014). Considera a infância como construção social, que se manifesta na forma como se concebem as crianças e adolescentes na visão de mundo e valores de uma sociedade dada. As análises dão conta de que a política da criança e da juventude no período estudado se mostrou contraditória com o Sistema de Garantia de Direitos. A sua aproximação a esse Sistema se deu ao assumir um planejamento intersetorial, multidisciplinar e com gestão compartilhada; mas se afastou dele quando planejou pautando-se na perspectiva da violação de direitos, na lógica adultocêntrica, com destinação de recursos financeiros para grupos de idade hegemônicos.

Pelo exposto, a *PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE* contribui com a reflexão sobre o papel da participação e do controle social na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, à luz de conceitos relacionados com democracia, governança e gestão pública. Ao apresentar um breve resgate histórico do processo de construção de tais direitos, analisa os principais desafios que podem ser identificados a partir de três dispositivos de participação: os Conselhos, as Conferências e os Planos Decenais de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

De igual importância, *O PROTAGONISMO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A SUA DIMENSÃO POLÍTICA NA DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DO ORÇAMENTO PÚBLICO* reflete, de forma instigante, aspectos que contribuem para ocultar os elementos constitutivos dos espaços públicos do CMDCA, em especial quando se trata da (in)visibilidade do orçamento público em sua

dimensão política. Isto significa afirmar que tanto os espaços públicos de decisão, como o orçamento público são constituídos de dimensão política, na medida em que confrontam interesses no financiamento das políticas públicas.

Em seguimento às contribuições sobre o controle social na política da criança e da juventude, *O AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL PARA OS INTERESSES DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: AVALIANDO ESTRATEGICAMENTE A PRODUÇÃO LEGISLATIVA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO PERÍODO 1990 – 2019* avalia o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados em relação à temática da criança e do adolescente, visando identificar se o ambiente é favorável ou não à transformação de proposições legislativas em norma jurídica (lei). Após análise aprofundada, o trabalho conclui que o ambiente político-institucional da Câmara dos Deputados se revela favorável à conservação do *status quo* em temas relativos a crianças e adolescentes. Do ponto de vista estratégico, o artigo, a partir de seus resultados, quer contribuir com as estratégias de ação de representação de interesses em prol da criança e do adolescente, em conjunto com aqueles que tomam decisões políticas.

No contexto dessas reflexões teóricas, essa edição da revista Humanidades em Perspectiva nos induz a pensar na articulação entre as políticas públicas, em especial nas práticas pedagógicas e socioeducativas, que devem permear o cotidiano de crianças e adolescentes. Assim, *A EDUCAÇÃO SOCIAL – PEDAGOGIA SOCIAL NO CENÁRIO BRASILEIRO: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA* apresenta, de forma profícua, a prática educativa da Educação Social – Pedagogia Social no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua que, nesse âmbito de atuação, teve protagonismo essencial junto ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ao debater o papel das práticas educativas, principalmente na estruturação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, se fortalece a relevância dos diversos modelos de educação junto aos cenários que apresentam números expressivos de vulnerabilidade social.

Diante da perspectiva interventiva e propositiva no atendimento dos sujeitos de direitos, a *MEDIAÇÃO FAMILIAR: UMA IMPORTANTE CONQUISTA NOS 30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE* mostra-se como um mecanismo eficaz e prática transformadora na resolução e minimização da alienação parental na realidade brasileira, aferindo direitos à criança e ao adolescente. Assim, o trabalho discorre sobre uma temática inovadora, a *mediação*, evidenciando a situação de violência psicológica a que muitas crianças e adolescentes estão submetidos, especialmente com a dissolução conjugal de seus genitores.

Ao concluir este editorial para uma edição comemorativa, que contém excelentes produções científicas — que nos fazem refletir e nos indignar —, é nosso dever dar publicidade e convocar a todos a revisitar e reafirmar os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como diria Fernando Pessoa: *Nenhum dos meus escritos foi concluído; sempre se interpuseram novos pensamentos, associação de ideias extraordinárias, impossíveis de excluir, com o infinito como limite. Não consigo evitar a aversão que tem o meu pensamento do ato de acabar.*

Prof.^a Ivana Moreira
Pesquisadora do GETFS